



**PARECER PRÉVIO Nº 171/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11562/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Guajará.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Ordean Gonzaga da Silva (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7173/2023-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Guajará. Exercício de 2018.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas de governo do Sr. **Ordean Gonzaga da Silva** na Prefeitura de Guajará, no exercício de 2018, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “b”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, c/c art. 22, II, alínea “b” e o art. 24, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE, em razão da permanência das seguintes irregularidades:

Achado 02: Não informação no sistema e-Contas/TCE/AM, das Licitações, Contratos, convênios etc.

Achado 4.1: Esclarecer a razão do Controle Interno NÃO possuir formulários de análise destinados a cada órgão ou secretaria do Poder Executivo, contendo os pontos de verificação.



**PARECER PRÉVIO Nº 171/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Achado 10.1: Apresente esclarecimentos no que tange ao Plano de Educação elaborado pelo município, em consonância com os ditames estabelecidos na Lei Federal nº 13.005 de 25/06/2014, cujo prazo para elaboração expirou em 26/05/2015, contendo os temas abaixo:

Quantificar os recursos orçamentários e financeiros alocados em cada uma das ações e programa previstos;  
Identificar os percentuais de execução desses valores para realização das finalidades a que se vinculam.

**10.2. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das contas de gestão do Sr. Ordean Gonzaga da Silva** na Prefeitura de Guajará, no exercício de 2018, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, I, e art. 127, caput, §§ 2º e 4º da Constituição do Estado do Amazonas, em razão da permanência das seguintes irregularidades:

Achado 01: Os balancetes mensais da Prefeitura Municipal de Guajará referentes aos meses de janeiro a dezembro não foram encaminhados ao Tribunal de Contas como determina o estabelecido pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15 c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000;

Achado 3.1: Justificar a razão de em 2018 não ter sido informado no Sistema e-Contas, por meio eletrônico, os dados necessários à apreciação da legalidade dos atos de pessoal pelo tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

Achado 3.2: Esclarecer o motivo das Declarações de Bens dos Agentes Políticos se encontram desatualizadas (exercício de 2018), infringindo o art. 13, da Lei nº 8.429/92 e disposições da Lei nº 8.730/93 c/c o art. 289, da resolução TCE nº 04/2002;

Achado 3.3: Nos processos de concessão de Diárias abaixo, não foram encontradas pela Comissão de Inspeção, os Relatórios de Viagem.

*Vencido o voto-destaque, proferido em sessão, do Conselheiro Convocado Luiz Henrique que acompanhou o parecer do Ministério Público, pela desaprovação das contas.*

**11- Ata:** 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 26 de Outubro de 2023

**13- Especificação do quórum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues



**PARECER PRÉVIO Nº 171/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro Relator

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Conselheiro-Convocado

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral



**ACÓRDÃO Nº 171/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 171/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11562/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Guajará.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Ordean Gonzaga da Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7173/2023-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Guajará. Exercício de 2018.

Recomendação. Determinação. Ciência.  
Arquivamento.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Recomendar ao Sr. Ordean Gonzaga da Silva**, atual gestão da Prefeitura de Guajará, que:

- 10.1.1. Tome providências imediatas quanto a elaboração de formulários de análise destinados a cada órgão ou secretaria do Poder Executivo, contendo os pontos de verificação;
- 10.1.2. Que o município quantifique os recursos orçamentários e financeiros alocados em cada um das ações e programas previstos no PME, conforme os ditames da Lei nº 13.005/2014;
- 10.1.3. Observe com maior rigor os ditames da Lei Federal nº 13.005/14, no que diz respeito a demonstração dos percentuais de valores executados em ações e programas do PME;
- 10.1.4. A observância com maior rigor dos preceitos do art. 40, XIV, alínea “b” da Lei nº 8.666/93;
- 10.1.5. A observância com maior rigor do disposto na Lei nº 8.666/93, principalmente ao que tange aos prazos de publicação de licitação;



**ACÓRDÃO Nº 171/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 171/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.1.6. Atenção no que dispõe art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, referente a inserção do direito de preferência para a contratação de Microempresas e as empresas de Pequeno Porte nos convites realizados;
- 10.1.7. Observe com maior rigor a Res. nº 13/2015, no que tange a remessa das informações necessárias à fiscalização nos moldes do art. 1º, §1º da resolução citada;
- 10.1.8. A observância com maior rigor do que dispõe o art. 3 e parágrafos da Res. nº 13/2015- TCE/AM, quanto ao envio de informes periódicos ao Sistema E-contas;
- 10.1.9. Que as declarações e suas devidas atualizações sejam feitas conforme os modelos padrões, sendo uma declaração simples, feita pelo agente político demonstrando a descrição do bem, assim como, o seu respectivo valor;
- 10.1.10. Os relatórios de viagem, sejam compostos de toda e qualquer documentação probatória da realização da despesa com concessão de diárias, tal como exemplo, bilhetes de passagens, certificados, imagens fotográficas, ficha de inscrição etc.;
- 10.1.11. Que o ente promova a publicação tempestiva dos dados do RREO, na forma da legislação de regência da matéria Lei Estadual 2423/96 c/c Resoluções TCE 15/13 c/c 24/13;
- 10.1.12. Que tome providências e medidas necessárias para o acompanhamento dos dados inseridos no portal da transparência, evitando, assim, a ausência de informações e consequentemente facilitando uma melhor análise e compreensão dos dados disponíveis para a sociedade.

**10.2 Determinar** o encaminhamento, após a publicação, do Parecer Prévio, acompanhado deste voto e de cópia integral destes autos à respectiva Câmara Municipal, para que, nos termos do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, proceda o julgamento das contas do Prefeito Municipal no **prazo de 60 (sessenta) dias** após a respectiva publicação no Diário Oficial do Estado ou o equivalente, estando a Câmara Municipal em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte; Decorrido esse prazo, sem deliberação pela Câmara Municipal, que as contas juntamente com o parecer do Tribunal sejam incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação; O parecer prévio, somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.



**ACÓRDÃO Nº 171/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 171/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.3 Dar ciência ao Ordean Gonzaga da Silva e demais interessados.**

**10.4 Arquivar** o processo nos termos regimentais.

11. **Ata:** 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12. **Data da Sessão:** 26 de Outubro de 2023
13. **Especificação do quórum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
14. **Representante do Ministério Público:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral